

**O IMPÉRIO DAS PRIMEIRAS LETRAS:
EPÍTOME DE UMA HISTÓRIA DE CARTILHAS DE ALFABETIZAÇÃO NO
SÉCULO XIX**

The empire of the first writing: epitome of a history of literacy primers in the XIX century

*L'empire des premières lettres: épitomé d'une histoire de manuels d'alphabétisation au
XIXème siècle*

Fernando Vojniak¹

Universidade Federal da Fronteira Sul

Resumo: Este artigo é um resumo de alguns dos principais argumentos da tese “O império das primeiras letras: uma história da institucionalização da cartilha de alfabetização no século XIX” defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, em Junho de 2012. A tese consiste de uma abordagem histórica dos manuais destinados ao ensino da leitura e da escrita no período imperial brasileiro e segue três linhas de investigação: as condições da produção, as condições da autoria e as condições da leitura.

Palavras-chave: História do livro. História da leitura. História da escrita. Brasil Império (1822-1889)

The empire of the first writing: epitome of a history of literacy primers in the XIX century

Abstract: This article is a summary of some of the main arguments of the thesis “The empire of the first writing: a history of the institutionalization of the primer literacy in the XIX century” defended in the Post Graduate program in History of the Federal University of Santa Catarina, in June of 2012. The thesis consists of a historical approach of the compendiums destined to the teaching of reading and writing in the Brazilian imperial period and it follows three lines of investigation: the conditions of the production, the conditions of the authorship and the conditions of reading.

Key words: History of the book. History of reading. History of writing. Brazil Empire. (1822-1889)

**L'empire des premières lettres: épitomé d'une histoire de manuels d'alphabétisation au
XIXème siècle**

Résumé: Cet article est un résumé de certains des principaux arguments de la thèse : « L'empire des premières lettres : une histoire de l'institutionnalisation du manuel d'alphabétisation au XIXème siècle » soutenue au Programme d'Études Supérieures en Histoire de l'Université Fédérale de Santa Catarina, en juin 2012. La thèse se compose d'une approche historique des manuels destinés à l'enseignement de la lecture et de l'écriture à la période impériale brésilienne et suit trois axes de recherche : les conditions de la production, les conditions de la qualité d'auteur et les conditions de la lecture.

Mots-clés: Histoire du livre. Histoire de la lecture. Histoire de l'écriture. Brésil Empire (1822-1889)

¹Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Adjunto na área de História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Introdução

Este artigo é um resumo de alguns dos principais argumentos da tese “O império das primeiras letras: uma história da institucionalização da cartilha de alfabetização no século XIX” por mim defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, em Junho de 2012.²

A tese consiste de uma abordagem histórica da cartilha de alfabetização no século XIX. Priorizando o período imperial brasileiro estabeleceu-se o seguinte problema: como os manuais destinados ao ensino da leitura e da escrita, mais tarde comumente chamados de cartilhas de alfabetização, se institucionalizaram? A narrativa deste processo de institucionalização seguiu três linhas de investigação: as condições da produção, as condições da autoria e as condições da leitura, espécie de tripé da história cultural do livro e da leitura das últimas décadas. Para se compreender estas condições, além dos livros destinados ao ensino da leitura e da escrita publicados no período, foram arroladas também informações biográficas dos autores, relatórios escolares, documentos de legislação, regulamentos, correspondências oficiais, catálogos de referência e estudos especializados.

Sobre a produção do livro de primeiras letras no Império: oralidade, leitura e escrita

Para entender o processo de institucionalização do livro escolar de primeiras letras, o primeiro passo foi dado no sentido de observar as condições de produção de um manual escolar no período imperial e, para entender essas condições, foi preciso compreender o próprio processo do “*miseentexte*”, isto é, a forma como os escritores “deitavam a pena” no papel. Foi preciso perguntar-se sobre que tipo de convenções escriturísticas existiam, quais normativas dos

² A tese foi orientada pela Profa. Maria de Fátima Fontes Piazza e coorientada pela Profa. Maria Teresa Santos Cunha. Participaram da arguição, como membros da banca examinadora, além dos orientadores, as professoras Isabel Cristina Alves da Silva Frade, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira, Clarícia Otto e Cristiani Bereta da Silva. A pesquisa contou com um financiamento parcial da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina. No prelo: VOJNIAK, Fernando. **O império das primeiras letras: uma história da institucionalização da cartilha de alfabetização no século XIX**. Curitiba: Prismas, 2014. A versão integral da tese apresentada ao PPGH da UFSC pode ser consultada no seguinte endereço eletrônico: <http://tede.ufsc.br/teses/PHST0434-T.pdf>

discursos precisavam ser seguidas, que práticas de escrita existiam e quais eram os gêneros textuais mais recorrentes. Também foi fundamental observar a própria condição da leitura no cotidiano da sociedade.

Percebeu-se, inicialmente, que a maioria dos livros destinados ao ensino da leitura era composta de catecismos, o que impunha uma forte presença de discursos morais cristãos na composição de uma didática do ensino da leitura e que também havia uma forte presença dos gêneros do discurso oral. Catecismos e manuais eram compostos principalmente nos gêneros dialógicos como o diálogo de perguntas e respostas. Poesias, rimas, parábolas, contos, anedotas, fábulas, lendas e canções da tradição oral, também povoavam os livros de ensino das primeiras letras. A memorização era um dos principais recursos didáticos e isto explica, em grande medida, a escolha desses gêneros da oralidade que, por definição, favorecem a retenção de informação na memória, principalmente se considerarmos as convenções do discurso e das práticas orais e oralizantes. É possível constatar a existência desses gêneros favoráveis à memorização desde os incunáveis do começo do século XVI, a exemplo de João de Barros (1496-1570), um dos pioneiros da normatização da gramática portuguesa tal como falada em seu tempo, até as últimas cartilhas do século XIX publicadas no Brasil. Na famosa *Cartinha* de João de Barros que consta da sua *Grammatica da Lingua Portuguesa Com os Mandamentos da Santa Madre Igreja*, junto ao quadro em que apresenta o alfabeto, a associação das letras com desenhos de objetos necessitou de recursos gráficos e tipográficos mais complexos que a simples disposição de tipos formando o texto. Numa espécie de jogo de sílabas – a denominada “roda de aprender a ler” – Barros dispôs num círculo, dividido em setores, várias possibilidades de combinações de sílabas e, ao redor da circunferência, inscreveu o seguinte dístico:

Meninos saabei nesta espera entrar
Sabereis sillabando mui bem soletrar³

A rima, a exemplo da que foi empregada no “epigrama” de João de Barros, era uma estratégia comum das práticas das tradições orais e, mesmo tendo diminuído bastante sua incidência, esses gêneros do discurso oral como a rima e o gênero epistolar, ainda serão empregados nos manuais do século XIX a exemplo das rimas da *Carta de sillabas, ou primeiras lições para bem aprender a lêr e escrever*, uma cartilha anônima impressa em Coimbra em 1808,⁴ e das

³ A roda de aprender a ler também foi incluída na edição de 1785. BARROS, João de. *Compilação de varias obras do insignoportuguezJoam de Barros... Impressas em Lisboa... pelosannos de 1539, e 1540. E agora reimpressas....*Lisboa, Officina de José da Silva Nazareth, 1785, p. 4.

⁴ CARTA *de sillabas, ou primeiras lições para bem aprender a lêr e escrever*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade. Com licença do Governo, 1808.

famosas *Cartas para a educação de Cora*, do Conselheiro José Lino Coutinho, de 1849. As cartas que o ex-presidente da Província do Rio de Janeiro escrevera para sua filha Cora, “á medida que o reclamavam as necessidades da educação de sua filha”, foram publicadas postumamente por João Gualberto de Passos em 1849 indicando a sua utilidade, isto é, “para as ler e citar.”⁵ A utilização do gênero epistolar, como se pode facilmente deduzir, não foi exclusividade das cartilhas ou dos manuais de civildade. Antigo, bíblico e difundido pelos gregos e latinos, esse foi o gênero de discurso bastante utilizado por Ribeiro Sanches e Luiz António Verney e outros escritores do século XVIII e continuou ainda em uso no século XIX. Deste modo, as palavras do escritor romântico português Almeida Garret são bastante esclarecedoras da preferência pela forma das cartas:

Quanto á fórma, dei a este corpo de reflexões a epistolar, que por mais singela e desataviada, mais se dá com a facilidade do stylo e sinceridade da expressão, e melhor quadra ao natural pouco dogmatico de um auctordespresumido de si, que antes propõe como quem duvida, do que assevera como quem sabe (GARRET, 1824, p. I).

Por conseguinte, vê-se aí a lenta e complexa tarefa que foi a constituição da autonomia e laicidade do manual escolar. Desde seu surgimento, os manuais apresentam uma resistência na constituição de um gênero próprio, libertado dos discursos e dos gêneros do catecismo, da doutrina cristã e das práticas orais.

Outra importante constatação é a de que, até o século XIX, a leitura e a escrita eram quase que totalmente dissociadas. A comparação, portanto, entre os antigos catecismos e os modernos livros escolares de primeiras letras, constituiu-se importante recurso para a compreensão das transformações das formas de transmissão dos textos que foram empregados na alfabetização desde o século XVI e forneceu algumas pistas sobre as condições da recepção.

As experiências da escrita e da leitura nas escolas jesuíticas, régias ou nas escolas do tempo do Império passaram por algumas mudanças que puderam ser visualizadas no exame das características dos principais escritos catequéticos e pedagógicos que tiveram o papel de introduzir indivíduos e coletividades no mundo da leitura e da escrita. Até o século XIX, a leitura e a escrita estavam imersas num regime em que a leitura em voz alta ou a meia voz e os rituais religiosos, por exemplo, incluíam um grande número de pessoas em certa comunidade de leitura marcadamente oral. Já a escrita incluía um número bem menor de participantes que a utilizavam, em geral, profissionalmente. Como suporte ou substituta da memória e como recurso principal da atividade escolar de registro do conteúdo transmitido ao aluno, isto é, como auxílio das

⁵ COUTINHO, José Lino. *Cartas sobre a educação de Cora seguidas de um catecismo moral, político, e religioso, pelo finado conselheiro Dr. José Lino Coutinho, e Publicadas por João Gualberto de Passos*. Bahia: Typographia de Carlos Poggetti, 1849.

atividades de memorização, a escrita aparecerá com mais frequência ao longo do século XIX. Ajustando nosso olhar para o caso mais específico dos catecismos e das cartilhas, entre os séculos XVII e XIX, assistiremos a uma espécie de colonização do oral pelo escrito, na qual a escola, os estudantes e os livros parecem compor a figura do conquistador.

Outra característica das condições de produção de livros até o século XIX era a de que os textos eram geralmente escritos em latim e o próprio latim, até a metade do século XVIII, não era ensinado com o auxílio das línguas vernáculas. Portanto, para que houvesse uma real necessidade de livros para o ensino da leitura e a sua produção se tornasse uma atividade importante e adquirisse algo parecido com o *status* que ela hoje possui, foi preciso que a própria leitura se tornasse mais necessária nas práticas sociais e se fizesse especialmente nas línguas vernáculas e a escrita também precisou passar por uma maior difusão e uma maior popularização. Um exemplo emblemático dessa transição de um manual latino para uma cartilha vernácula é o manual de gramática latina do brasileiro Inácio Leão de Sá que pode ser considerado o mais raro manual de latim do século XVIII e que, inclusive, lança uma pequena ressalva na consideração da supremacia bicentenária da *Gramática do Padre Alvarez* ou do *Novo Método dos Oratorianos*. Trata-se do *Cartapacio de Syllaba, e figuras, conforme a ordem dos mais Cartapacios de Grammatica, ordenado para melhor commodo dos Estudantes desta facultade nos Pateos da Companhia de Jesu, e dado à luz por Mathias Rodrigues Portella, estudante dos mesmos pateos na Cidade da Paraíba do Norte no Brasil*. Os esclarecimentos de Rubens Borba de Moraes – fonte desta referência – a respeito da obra, são por demais elucidativos do que se está a dizer:

Este livro foi escrito por Inácio Leão de Sá, natural de Macacu (Rio de Janeiro), onde nasceu em 1709. Foi professor de latim nos colégios dos Jesuítas. Depois da expulsão dos padres da Companhia de Jesus foi para a Itália. Ainda vivia em Pésaro, em 1780.

Barbosa Machado dá o padre Matias Rodrigues Portela como autor deste cartapácio, entretanto, na página de título, está bem claramente dito que o livro foi “dado à luz” por ele e não que ele seja o autor. Serafim Leite, corrigindo o engano, diz que o Pe. Portela era aluno de Inácio Leão de Sá. Nada mais se sabe sobre o “editor” do cartapácio. É provável que tivesse nascido no Brasil.

Esta gramática latina foi usada nos “patios da Companhia de Jesus” em forma de manuscrito até que o estudante da Paraíba, Matias Rodrigues Portela resolveu mandá-la imprimir “para melhor comodidade”.

É um dos raros livros escolares dos tempos coloniais que se conhece. Seu interesse está no fato de ter sido redigido por um brasileiro e publicado por um estudante do colégio dos jesuítas na Paraíba. É livro raríssimo. (MORAES, 1969, p. 315-317)

Neste sentido, o *Cartapacio de Syllabas*, de Leão de Sá, parece aqui um exemplo extraordinário das relações entre o latim e o vernáculo no século XVIII, visto que se propunha a

ensinar lições gramaticais, especialmente as regras em torno das sílabas, simultaneamente em latim e em português. As letras, as vogais, os ditongos e demais “regras” são dadas na comparação com o latim ou na derivação deste⁶.

Assim, no século XIX, de acordo com os resultados da pesquisa, percebeu-se que a institucionalização da cartilha de alfabetização envolveu processos que incluíram a valorização das línguas vernáculas a partir de uma vernaculização do latim e processos que, aos poucos, fizeram diminuir a frequência dos “gêneros orais”, especialmente nas cartilhas de alfabetização. Houve também um movimento em favor da utilização de recursos tipográficos, técnicos e visuais-gráficos mais complexos na elaboração da didática de alfabetização, além de um processo lento de laicização dos livros de ensino das primeiras letras.

Produção escrita e autoria de manual

Publicar um manual escolar no início do século XIX não era uma tarefa fácil. A imprensa há pouco havia sido instalada em 1808 com a chegada da família real e poucos eram os livreiros, as tipografias, os encadernadores e os distribuidores. Antes disso, qualquer catecismo ou manual escolar que tenha aparecido no Brasil, forçadamente teria sua impressão feita na Europa e, por esse e outros motivos, na primeira metade do século XIX, houve uma grande presença de manuais portugueses como os de Antônio de Araújo Travassos (1820), Luis Francisco Midosi (1831), Antônio Maria Barker (1834), Emílio Monteverde (1836) e José Feliciano de Castilho (1850).

Mas, aos poucos, os primeiros manuais brasileiros destinados ao ensino da leitura e da escrita começaram a aparecer. No interior da atividade impressora da Régia Oficina Tipográfica, entre 1808 e 1822, o livro que pode ser descrito como a primeira “cartilha de alfabetização” impressa no Brasil foi o livro intitulado *SyllabarioPortuguez; ou Arte completa de encinar a ler por methodo novo, e facil. Primeira parte em que se trata das Syllabas mais necessárias, não so para o perfeito desenvolvimento da lingoa dos meninos, mais tâobem para o facil conhecimento das palavras de origem Grega, e melhor pronunciação das Latinas. Segunda parte, em que se trata das lições de palavras, expostas em duas columnas; na primeira com Syllabas divididas; na segunda sem divisão alguma*. Embora o longo título revele uma explicação sumária de seu conteúdo, pouco, ou quase nada se sabe a respeito deste silabário;

⁶Este livro foi composto na Officina de AntonioPedrozo Galram. M.DCC.XXXVIII [1738]. A versão digitalizada pode ser consultada via *Open Library*, Disponível em: <http://openlibrary.org/books/OL24652284M/Cartapacio_de_syllaba_e_figuras_conforme_a_ordem_dos_mais_c artapacios_de_grammatica_ordenado_para_melhor_commodo_dos_estudantes_destafaculdade_nos_pateos_da_C ompanhia_de_Jesu>. Acesso em 20mai 2014. Cf.: DEUS, João de. *Cartilha Maternal ou Arte da Leitura*. Segunda Parte. Lisboa, Imprensa da Portugal-Brasil, 1927

Camargo e Moraes (1993) assinalam esta obra a partir de anúncio do *Diário do Rio de Janeiro* de 22 de setembro de 1822 e apontam que Alfredo do Valle Cabral, precursor dos *Anais da Biblioteca Nacional*, não a menciona (p. 427).

Nas primeiras décadas do século XIX, portanto, a pessoa que se encarregasse da tarefa do ensino da leitura e da escrita, se tivesse condições de não limitar-se a confeccionar de forma manuscrita seus próprios recursos didáticos, além das incipientes cartilhas, poderia dispor de certa variedade de impressos como, por exemplo, as cartas de alfabetos, que eram folhetos organizados, na maioria dos casos, com diversas formas de letras estampadas – capitais, minúsculas, de fôrma (redonda) e cursivas – e frequentemente vinham acompanhadas de algumas apresentações de combinações de sílabas e palavras aparentemente simples ou nomes de pessoas; esse tipo de material apelava mais para o visual do que para o discursivo (textos morais, ideológicos ou informativos) e era impresso em poucas páginas, geralmente “in fólio”; os exemplos de nomeação destes materiais são as “Cartas de A B C”, as “Cartas de Nome”, os “Silabários”, os “Murais” e os “Abecedários”.

Os intermediadores da leitura e da escrita também poderiam dispor de catecismos e de livros de oração e missa, que eram livretos escritos em gênero dialógico e apresentavam a doutrina religiosa de forma resumida e as orações dos rituais da missa. Também nas livrarias e nas estantes das bibliotecas das escolas, nas casas das elites cortesãs e nas mãos de preceptores poderiam ser encontrados os livros de leitura e os manuais enciclopédicos; estes últimos eram livros que, além de servir de introito para o aprendizado da leitura, traziam diversos conhecimentos considerados úteis e instrutivos no ensino primário/elementar, principalmente aqueles em torno da moral (religiosa ou leiga) e de rudimentos de matemática, história, geografia e história natural; outro exemplo do que poderia estar à disposição dos professores eram as gramáticas e os livros de referência como as lições de gramática e ortografia, os dicionários e as antologias.

Principalmente a partir de pesquisas realizadas na Biblioteca Nacional, foi possível levantar em torno de quatro dezenas de livros que podem ser considerados cartilhas ou manuais destinados ao ensino da leitura e da escrita, livros que se aproximam porque cumprem alguma função alfabetizadora ou revelam sinais intrínsecos ou extrínsecos de uma utilização como recurso alfabetizador. O levantamento destes títulos cobre, pelo menos, o período que vai dos anos 1820 aos anos 1880. Além disso, foram arroladas mais algumas dezenas de livros que cobrem os três séculos precedente e algumas décadas posteriores com certa predominância daqueles que foram canonizados pela prática pedagógica e pelos historiadores.

Para traçar um quadro das características da autoria das cartilhas de alfabetização que foram institucionalizando-se no Brasil no século XIX, foi necessária uma razoável pesquisa de caráter mais biográfico dos autores e dos indícios que apontam para uma ampla caracterização da autoria também a partir do interior das próprias cartilhas. Concordando com Michel Foucault sobre o cuidado para não se “disseminar uma poeira de fatos”, no que se refere à autoria dos discursos dos manuais, percebeu-se a importância de se observar as relações entre os enunciados e não apenas mobilizar “operadores de síntese que sejam puramente psicológicos (a intenção do autor, a forma de seu espírito, o rigor de seu pensamento, os temas que o obcecaram, o projeto que atravessa sua existência e lhe dá significação)”. Isto foi importante para que se pudesse “apreender outras formas de regularidade, outros tipos de relações” (FOUCAULT, 2002, p. 32).

Neste sentido, para a elaboração de uma síntese desse feixe de “modalidades enunciativas” que figuram nos manuais e traçar um perfil de seus autores, o programa foucaultiano da *formação das modalidades enunciativas*, no interior da discussão dessas outras possíveis *formas de regularidades discursivas*, pareceu bastante instrutivo. Segundo o autor, é importante considerar, primeiramente: *quem fala* e o *status* dos indivíduos que têm o direito de proferir os discursos; é preciso descrever também os lugares institucionais de onde se obtém, legitima, aplica ou verifica os discursos; e as posições que os sujeitos ocupam em relação aos diversos domínios e grupos de objetos. (FOUCAULT, 2002, p. 57-59).

Contudo, de acordo com João Adolfo Hansen, ainda é possível se chegar a certa intencionalidade autoral, não em sentido biográfico nem como expressão psicológica, como expressão de subjetividade, mas no sentido de como os sujeitos se posicionam (imitam, rejeitam ou transformam) no preceituário dos gêneros textuais e na ordem dos discursos. Desta maneira, Hansen aponta duas condições para o estudo dessas intencionalidades autorais:

[...] primeira, na auctoritas retórica do gênero, auctoritas constituída pela aplicação de preceitos técnicos anônimos objetivamente partilhados, no sentido de uma intencionalidade coletiva, figurada no discurso; e, segunda, na iniciativa individual dos autores especificada no discurso como o diferencial de um uso da norma técnica que consiste em um posicionamento particular e adequado da enunciação nos preceitos do gênero e não, evidentemente, como expressão psicológica. Mesmo que se trata de discursos em que a enunciação é auto-referencial, como a poesia lírica, a forma do eu é despsicologizada, porque é uma forma recebida do todo social objetivo. (HANSEN, 1999, p. 175).

Portanto, tal como os autores acima citados, não se buscou a “intenção” última do autor, seus interesses velados, as entrelinhas de seu discurso, mas, antes, tratou-se de reconhecer, no exame de todos os indícios possíveis presentes/ausentes no livro adequados aos preceitos do gênero, e na relação entre as modalidades enunciativas, outras formas que caracterizam a autoria.

Neste sentido, percebeu-se que, até a primeira metade do século XIX, eram mais numerosos os autores de cartilhas com idade provecta e com certa maturidade na lide das letras; eram autores que já haviam conquistado importantes postos políticos e distintas comendas de modo que transparece mais claramente a defesa do diletantismo e do sentimento de “contribuição à pátria”.

Na segunda metade do século XIX, o diletantismo já não aparece tanto e, em alguns autores, a estratégia é puramente comercial e de divulgação. Também começaram a se tornar mais frequentes os autores que atuavam como professores. Percebe-se o aparecimento de uma profissionalização dos escritores, de campanhas de nacionalização da produção de livros escolares, mudanças nos regimes retóricos, oratórios e na arregimentação dos arcabouços teóricos e, finalmente, um debate mais intenso sobre os métodos de ensino da leitura.

Foi também perceptível o peso da vinda de D. João VI para o Brasil no que se refere ao seu papel nos impulsos iniciais para a ampliação das instituições científicas e culturais do início do século como a criação de instituições como o Museu Nacional, a Biblioteca Nacional, a Imprensa Nacional, a Academia Imperial de Belas Artes, dentre outras. No Segundo Reinado, diversificaram as associações e instituições de cunho literário, educacional e cultural tanto no interior de uma estrutura de controle do Estado Imperial, quanto no interior de estruturas formalmente privadas, ainda que algumas dessas instituições de existência privada como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, obtivessem forte subvenção pública.

Estas instituições exigiram maior cuidado na produção escrita intelectual pelo seu caráter de controle da produção literária brasileira. Assim, os autores de livros escolares tiveram de considerar também a força de atuação destas associações científico-culturais. Neste sentido, de forma cada vez mais intensa, os autores procuravam associar-se a estas instituições e destacar suas comendas, seus títulos e seu relacionamento com o mundo científico e cultural como forma de legitimar sua qualidade como autor.

Obra de diletantes ou de profissionais escritores, livreiros e impressores, intelectuais e homens de Estado, os manuais didáticos oferecem um quadro bastante diversificado do *status* dos autores e das condições sociais da autoria na primeira metade do século XIX. Estendendo o olhar para o terceiro quartel deste século, o que se observou foram algumas alterações nos perfis dos autores, que, de diletantes passaram a profissionais e, de homens de letras, a professores-autores no momento em que ocorreu um amplo debate a respeito dos privilégios e direitos autorais que marcaram, sobretudo, a segunda metade do século XIX.

Por fim, em relação às condições de produção e autoria, percebeu-se que os autores, no século XIX, passaram a investir fortemente em um uso mais qualificado dos recursos tipográficos e visuais e na utilização de textos mais “enxutos”. No “*miseenpage*”, ou no “*miseen livre*”, como diz Roger Chartier, isto é, no momento de passar do manuscrito ao impresso, novas formas de separação das sílabas, novos usos de diferentes tipos de caracteres, novas técnicas de impressão eram empregadas nas cartilhas e, inclusive, as necessidades didáticas e pedagógicas das cartilhas de alfabetização influenciaram na modernização das tipografias ao exigirem o emprego de recursos inovadores.

Sobre isto, dois casos podem ser considerados exemplares: o primeiro caso refere-se à *Cartilha de leitura repentina, ou plágio do Methodo de Castilho* publicada em 1854. Esta cartilha, apesar de ser, do ponto de vista da qualidade dos desenhos e da impressão, uma cópia melhorada do famoso *Método Castilho*, elatem a honra de ser considerada objeto da primeira aplicação da técnica da *Zincografia* no Brasil, notável feito consagrado na história da gravura e realizado pelo seu autor, o médico lisboeta João Vicente Martins, que passou a viver no Brasil a partir de 1837 e nos anos de 1840 até a sua morte - no mesmo ano da publicação da cartilha, flertou com a homeopatia hahnemaniana e com as ideias do controverso pedagogo francês Joseph Jacotot (1770-1840); o segundo caso é o do português João de Deus. A sua *Cartilha Maternal*, lograra êxito ao obter várias edições nos anos de 1870 e ser largamente utilizada em Portugal e no Brasil. Ficou conhecida não apenas pela inovação metodológica, mas também por uma inovação tecnológica ao exigir novos recursos tipográficos. O método consiste em priorizar a pronúncia das palavras inteiras. Assim, desde as primeiras lições, formam-se palavras monossílabas, empregam-se vogais e consoantes e privilegiam-se os ditongos. Para a distinção silábica, o autor utiliza dois tipos de letras do mesmo tamanho, uma lisa e outra lavrada. Esta técnica proporcionava uma distinção de tonalidade na impressão das letras que dispensava a utilização de hífen na separação das sílabas. Apesar de ser um recurso tipográfico relativamente simples, no âmbito da alfabetização, a técnica era inédita, de sorte que uma edição de 1927 da “segunda parte” da *Cartilha Maternal* traz no verso da folha de rosto a seguinte advertência: “todos os direitos reservados, compreendendo a **distinção silábica**” (Grifado no original).¹

Portanto, o processo de institucionalização da cartilha de alfabetização, no que se refere às condições da autoria, envolveu, além da ampliação da escolarização, a profissionalização de escritores e professores, o reconhecimento do livro didático como linha editorial, a modernização das casas impressoras, a vulgarização de métodos de ensino e a participação dos autores nas associações científico-culturais, ou, pelo menos, a consideração de sua atuação na legitimação de quem profere discursos.

Instrumentalização da leitura e da escrita e a reação do leitor

O atual desejo de compreender as implicações das novas tecnologias digitais no comportamento do leitor renovou os estudos do campo da história da leitura e impulsionou uma série de estudos que abrangem um recorte temporal bem amplo e bem recuado no tempo em busca das significativas mudanças de comportamento do leitor implicadas pelas tecnologias do livro e da leitura e também pelas diversas transformações sociais das práticas da escrita e da leitura como forma de auxílio na compreensão das transformações contemporâneas dos comportamentos do leitor.

As questões em torno da hermenêutica e da interpretação da leitura e da subjetividade, da recepção, do sentido e do significado da leitura para o leitor, estão completamente abertas na filosofia contemporânea, e para os historiadores, as manifestações subjetivas individuais constituem verdadeiro desafio. Restaria, então, ao historiador da leitura, a investigação dos elementos históricos que indicam o modo como leitores atribuem significado ao que leem, ou os sentidos que são produzidos na interação entre texto e leitor. Esse fato, porém, parece ainda não minimizar os impasses de uma historicização da significação e da atribuição de sentidos que parecem caminhos que levam, muitas vezes, aos jardins labirínticos da subjetividade que possuem fenômenos ainda pouco conhecidos pelas ciências humanas e sociais.

Robert Darnton (2010) propõe, neste sentido, uma ligação entre a teoria literária e história dos livros:

A teoria pode revelar o leque de reações em potencial a um texto – isto é, às coerções retóricas que orientam a leitura, sem determiná-la. A história pode mostrar quais as leituras que efetivamente ocorreram – isto é, dentro dos limites de um conjunto incompleto de indicações. Prestando atenção à história, os críticos literários podem evitar o risco de anacronismo, pois às vezes eles parecem supor que os ingleses seiscentistas liam Milton e Bunyan como se fossem professores universitários do século XX. Levando em conta a retórica, os historiadores podem encontrar pistas para comportamentos que, de outra forma, seriam desconcertantes, tais como as paixões despertadas desde Clarissa a La nouvelle Héloïse e de Werther a René. Portanto, eu defenderia uma estratégia dupla, que combinaria a análise textual e a pesquisa empírica. Dessa forma, seria possível comparar os leitores implícitos dos textos e os leitores efetivos do passado, e a partir dessas comparações desenvolver uma história e uma teoria da **reação** do leitor. (p. 195, grifo nosso).

Mais ou menos nessa linha, Justino Magalhães (2006) propõe uma articulação entre as análises do micro e do macro, ou melhor, uma articulação entre a particularização e a abordagem serial:

A abordagem serial com recurso a uma hermenêutica suportada nessa mesma abordagem torna possível construir grandes categorias analíticas que permitem incluir e sobrepor-se a casuística escolar. É no quadro das grandes construções seriais que se torna possível projectar uma territorialidade e uma temporalidade que subjazem a determinadas experiências pedagógicas, e, ainda, que se torna possível acompanhar e traçar a geografia, o itinerário e o destino de um modelo pedagógico, de um autor, ou de um livro escolar. É esse trabalho comparativo que o recurso a bases de dados, por grandes contiguidades geográficas e sócio-culturais e por grandes correntes pedagógicas, permitirá obter.

Por contraponto a esta generalização e a esta procura das principais tendências, só a casuística, focalizada em observações aplicadas a certos públicos, a certas instituições, a certos territórios, a certas circunstâncias geográfico-históricas e às utilizações específicas de um texto ou de um manual, permite reconstituir cenas e experiências de leitura e falar de apropriação. É a articulação entre a particularização e as grandes categorias da abordagem serial que permite uma aproximação complexa e aprofundada à história dos manuais, do livro e da leitura. (p. 12).

Em decorrência do que dizem Darnton e Magalhães, na pesquisa em que aqui se apresenta o seu resumo, tentou-se uma articulação entre a particularização e as grandes categorias, entre teoria da reação do leitor (compreendendo as teorias da recepção e as críticas feitas a elas) e história do livro e dos leitores, mas é preciso dizer que ela foi um esforço preliminar tanto nas análises da série constituída, quanto no contato com universos particularizados que permitiram uma observação mais pormenorizada. Assim, a pesquisa procurou, pelo menos, tocar as bordas do universo da leitura considerando esses leitores implícitos e esses leitores efetivos do passado.

Neste sentido, procurou-se analisar nas cartilhas a sua função instrumentalizadora da leitura, pois, uma forma de aproximação com os modos pelos quais os leitores reagem aos textos/discursos que lhes são dados a decifrar é aquela em que se parte do modo como o emissor do discurso inicial, isto é, do discurso da cartilha, considera, compreende e instrumentaliza o destinatário, isto é, o leitor aprendiz da leitura. Em artigo já citado anteriormente, Justino Magalhães (2006) assinalou que “a leitura escolar é uma leitura instrumentalizada” (p. 12). Segundo o autor,

no seu modo de construção, como a orientação para um destinatário, o manual escolar distingue-se de outros livros porque apresenta orientações explícitas relativamente ao comportamento do leitor. O manual escolar é proativo, disciplinando o ato de ler. (MAGALHÃES, 2006, p. 12).

Esta instrumentalização, portanto, é composta tanto por elementos que estão em jogo na construção de lugares – inclusive espaços físicos –, quanto por instrumentos e procedimentos

didáticos que disciplinam os corpos dos sujeitos leitores na prática do ensino/aprendizado dos códigos alfabéticos e da prática da leitura.

Assim, no decorrer do último capítulo da tese, foram apresentados os diferentes modos de instrumentalização da leitura por meio da análise dos diferentes métodos empregados pelos autores, tais como os métodos sintéticos, analíticos, mistos, fonéticos, onomatopéicos e de soletração e silabação. Também se destacaram as diferentes características da cultura material escolar constituída em torno das práticas do ensino/aprendizado da leitura e da escrita, as diferentes estratégias arquitetônicas e ergológicas empregadas nos espaços das práticas da leitura e da escrita e, finalmente, a partir das próprias cartilhas analisadas e outros documentos relacionados ao contexto do ensino da leitura no século XIX. Procurou-se assim destacar o que apontava para aquilo que poderia ser visto como indicativo das *reações* dos leitores neófitos diante do que se lhes apresentavam como alternativa para o ingresso no universo da leitura.

Conclusão

A articulação entre produção, autoria (compreendendo edição e circulação) e recepção sugerida pelo conjunto dos teóricos que podemos situar na chamada História Cultural do Livro, da Leitura e da Escrita mostra-se como uma notável estratégia de leitura da história dos manuais escolares e das práticas de leitura.

Sobre a *produção* do manual escolar de primeiras letras, percebe-se uma articulação entre o material e o social no que se refere às transformações técnicas e teóricas que dependem das condições de possibilidade de saberes que só foram possíveis com o aparecimento de novas compreensões sobre as línguas maternas e as línguas mortas das ciências e das religiões, sobre as funções das práticas orais, de leitura e de escrita e sobre o objeto livro compreendendo a função do autor, o desenvolvimento de novos métodos de leitura e a institucionalização de uma linha editorial que impulsionou a produção dos livros didáticos e contribuiu no aperfeiçoamento das técnicas de gravação e impressão.

A *autoria* também se revela como o *locus* do encontro entre os homens e as técnicas, suas produções e as convenções estabelecidas pelo poder jurídico desdobrado em todos os dispositivos de controle de corpos e mentes ao disciplinar os sujeitos da leitura e tentar controlar o aparecimento de novas ideias que se fazem circular através do impresso.

O autor também pode ser visto como o centro do encontro entre a produção e a *leitura* ao ser produto e produtor das técnicas, das práticas e dos saberes. Por meio da leitura em voz alta,

silenciosa ou como ouvinte/leitor da reprodução oralizada e impressa dos textos, o leitor contribui também para a autoria dos textos na medida em que se apropria, reage, interpreta e reproduz o que lê. Neste processo, também se inclui o editor, as bibliotecas, as boticas, as livrarias, os gabinetes e os clubes de leitura que fazem circular os saberes, mas também revelam as práticas e os diferentes usos do corpo através de toda uma materialidade de seus espaços, de suas regras de dos hábitos que protegem.

A tese que aqui se esboça o seu epítome, portanto, constituiu-se numa forma particular de utilização das premissas teóricas da histórica cultural para ler este processo de institucionalização da cartilha de alfabetização considerando o potencial de interpretação que este campo de estudos tem das transformações das culturas dos leitores ao longo da história por meio de um objeto bastante concreto: este “cubo de papel e couro” – como foi chamado por Jorge Luiz Borges – que, embora ameaçado pelas novas tecnologias digitais, na sua materialidade, mas talvez não no seu conceito, diz muito sobre as práticas sociais.

Referências

- BARROS, João de. *Compilação de varias obras do insignoportuguez Joam de Barros... Impressas em Lisboa... pelos annos de 1539, e 1540. E agora reimpressas...* Lisboa, Officina de José da Silva Nazareth, 1785.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, 1808-1822*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Kosmos, 1993.
- CARTA de sillabas, ou primeiras lições para bem aprender a lêr e escrever. Coimbra: Real Imprensa da Universidade. Com licença do Governo, 1808.
- COUTINHO, José Lino. *Cartas sobre a educação de Cora seguidas de um cathecismo moral, politico, e religioso, pelo finado conselheiro Dr. José Lino Coutinho, e Publicadas por João Gualberto de Passos*. Bahia: Typographia de Carlos Poggetti, 1849.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Organização e tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- GARRETT, Almeida. *Da educação*. [1 ed.]. Londres: Sustenance e Stretch, 1829. Menção de edição retirada de obras de referência. 1 v. Educação doméstica ou paternal.
- HANSEN, João Adolfo. Leituras coloniais. ABREU, Márcia (org.) *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

MAGALHÃES, Justino. O Manual Escolar no Quadro da História Cultural. Para uma historiografia do manual escolar em Portugal. *Sísifo*. Revista de Ciências da Educação, 1, 2006, p. 5-14. Disponível em: <<http://sisifo.fpce.ul.pt/?r=1&p=5>>. Acesso em: 8 out., 2013, 09h28.

MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia brasileira do período colonial*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

SÁ, Leão de. *Cartapacio de syllaba, e figuras, conforme a ordem dos mais cartapacios de grammatica, ordenado para melhor commodo dos estudantes desta faculdade nos pateos da Companhia de Jesu e dado à luz por Mathias Rodrigues Portella, estudante dos mesmos pateos na cidade da Paraíba do norte no Brasil*. Lisboa Occidental: Officina de AntonioPedrozo Galram. M.DCC.XXXVIII [1738].
